

## **RESOLUÇÃO N.º 10, DE 09 DE MARÇO DE 2016.**

**O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, em sua composição plenária, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº. 10.048, de 08 de novembro de 2000, que disciplina o atendimento prioritário a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes, obesos e pessoas acompanhadas de crianças de colo,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Determinar que seja dada preferência de horário às advogadas, públicas e privadas, promotoras, procuradoras do ministério público e demais mulheres gestantes, lactantes e àquelas acompanhadas de crianças de colo, nas audiências de 1º. grau de jurisdição, Turma Recursal e nas sessões de julgamento do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, desde que expressamente requerido pela interessada, observada a ordem dos requerimentos e respeitados os demais beneficiários da Lei de Prioridade.

**Art. 2º.** Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

**Des. ALMIRO PADILHA**  
Presidente

**Des. LEONARDO CUPELLO**  
Vice-Presidente, em exercício

**Des.ª TÂNIA VASCONCELOS DIAS**  
Corregedora-Geral de Justiça

**Des.ª ELAINE BIANCHI**  
Membro

**Des. CRISTOVÃO SUTER**  
Membro

**Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA**  
Membro

**Des. MOZARILDO CAVALCANTI**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência  
*"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"*

---

Este texto não substitui o original publicado no DJe

## Membro

Fonte: Diário da Justiça Eletrônico. Boa Vista, ed. 5699, p. 02, 10. Março. 2016.  
<http://diario.tjrr.jus.br/dpj/dpj-20160310.pdf>